



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
 Rua Sourbone, 375, . - Centreville
 CEP: 13560-970 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjstj.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0005296-03.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Zilmar Maria Dias Mendes**
 Requerido: **Banco do Brasil**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 549/13

ZILMAR MARIA DISA MENDES, já qualificada, moveu a presente ação declaratória de inexistência de débito cc. indenização contra BANCO DO BRASIL S/A, também qualificado, alegando ter sido surpreendida, no início do ano de 2011, com a notícia de que havia um financiamento em seu nome, contratado junto ao réu, que acabou por reconhecer não tenha sido a autora quem firmou tal negócio, estornando todos os valores cobrados, seguindo-se que em 19 de janeiro de 2013 foi novamente surpreendida com a verificação de que todo o saldo de sua conta havia sido retirado a partir de dois saques realizados em 16 de janeiro de 2013 no valor total de R\$ 1.955,47, os quais não realizou, imputando ao réu a responsabilidade pela falta de segurança de seus sistemas, com consequente prejuízo em seu desfavor, haja vista não tenha tido recursos para pagar despesas ordinárias como mensalidade escolar e despesas com material necessário à filha no ano que se iniciava, de modo que reclama a condenação da ré a restituir o valor de R\$ 1.955,47 com os acréscimos legais, como ainda seja a ré condenada a indenizar os danos materiais de R\$ 1.764,11 e também os danos morais suportados.

O réu contestou o pedido sustentando inépcia da inicial dado o pedido genérico, enquanto no mérito discorre sobre a segurança de seus sistemas, imputando culpa exclusiva à autora ou, alternativamente, seja reconhecida a responsabilidade de terceiro causador da fraude, para concluir pela inexistência de responsabilidade civil e a improcedência da ação.

A autora replicou reiterando suas postulações.

É o relatório.

Decido.

Não procede a preliminar de inépcia da inicial, pois como se sabe a admissibilidade do pedido genérico para a indenização por dano moral é já matéria pacífica: *“APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. REVISIONAL DE CONTRATO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO GENÉRICO. A petição inicial preencheu os requisitos do art. 282 do CPC. Eventuais deficiências da peça inaugural não prejudicaram o exercício da ampla defesa. Preliminar rejeitada”* (cf. AC. nº 70052653318 – 24ª Câmara Cível TJRS - 27/03/2013¹).

No mérito, segundo sustentou o réu em contestação, teriam sido tomadas todas as

¹ www.esaj.tjrs.jus.br/busca.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

cauteladas possíveis a si, indicando a excelência da segurança de seus sistemas.

Contudo, cabe destacar que, nos termos da orientação jurisprudencial, se o consumidor reclama a não autoria dos saques e se comprova ter tomado as providências a seu alcance, registrando a ocorrência junto à autoridade policial e formalizando o reclamo junto ao banco, cumpre a este o ônus de prova a regularidade de seus serviços.

Veja-se, a propósito: *“Aplica-se, ao caso em tela, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, de acordo com a Súmula 297 do STJ. Assim, a prova da regularidade das operações deveria ter sido produzida pelo banco, fornecedor dos serviços, conforme dispõe o art. 6º, inc. VIII, do CDC, até porque é impossível a produção de prova de fato negativo. Porém, o réu se limitou a asseverar a lisura do seu procedimento, não trazendo aos autos qualquer documento que indicasse como se deram as operações. Dessa maneira, a presunção é de que as transações decorreram de prestação de serviços falha, e o banco deve responder objetivamente pelos danos causados ao cliente, nos termos do art. 14 do CDC. Veja-se, a respeito, a seguinte decisão do C.STJ: “CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA DE SAQUES INDEVIDOS DE NUMERÁRIO DEPOSITADO EM CONTA POUPANÇA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CDC. POSSIBILIDADE. HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA RECONHECIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR DE SERVIÇOS. ART. 14 DO CDC. 1. Trata-se de debate referente ao ônus de provar a autoria de saque em conta bancária, efetuado mediante cartão magnético, quando o correntista, apesar de deter a guarda do cartão, nega a autoria dos saques. 2. O art. 6º, VIII, do CDC, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação por ele apresentada seja verossímil ou quando for constatada a sua hipossuficiência. 3. Reconhecida a hipossuficiência técnica do consumidor, em ação que versa sobre a realização de saques não autorizados em contas bancárias, mostra-se imperiosa a inversão do ônus probatório. 4. Considerando a possibilidade de violação do sistema eletrônico e tratando-se de sistema próprio das instituições financeiras, a retirada de numerário da conta bancária do cliente, não reconhecida por esse, acarreta o reconhecimento da responsabilidade objetiva do fornecedor do serviço, somente passível de ser ilidida nas hipóteses do § 3º do art. 14 do CDC. 5. Recurso especial não provido.” (REsp 1155770/PB, Relatora Min. NANCY ANDRIGHI, 3ª Turma, j. em 15/12/2011)” – cf. Ap. nº 9106856-20.2009.8.26.0000 - 11ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/11/2012².*

Diga-se mais, há, contra o banco réu, o indício de que já tivesse, dias antes dos fatos aqui reclamados, reconhecido a ocorrência de fraude para firmar contrato em nome da autora e para débito em sua conta corrente.

Em resumo, não tendo o banco réu trazido aos autos uma prova documental mínima a respeito dessa excelência de seus sistemas e não tendo havido demonstração de que a pessoa da autora teria sido autora dos saques, é de rigor ter-se por procedente a versão da autora e presente a responsabilidade civil do banco pela restituição do valor dos saques, R\$ 1.955,47.

Esse valor deve ser restituído com acréscimo de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos saques, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

Quanto aos danos materiais, a autora não demonstra ter perdido o desconto da mensalidade escolar, de R\$ 152,15, pois a fatura de fls. 29 não está paga. Seria preciso, com o devido respeito, que a autora fizesse prova do pagamento sem direito ao desconto para que se pudesse admitir o efetivo prejuízo material.

O mesmo cumpre dizer-se das despesas com material escolar, que conforme

² www.esaj.tjsp.jus.br.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

documento de fls. 30, foi efetivamente adquirida ainda em 02 de fevereiro de 2013, e o fato de que tenha sido contratada a prazo não equivale a dizer tenha havido prejuízo material, com o devido respeito.

Quanto aos honorários do advogado contratado, segundo entendimento já firmado em nossos tribunais, não é passível de indenização à guisa de prejuízo material: *“Ação de indenização - Contratação de advogado pelo requerente - Danos materiais - Não configuração. Ao deduzir sua pretensão em juízo, o autor exerceu um direito que lhe é assegurado e o exercício desse direito não pode ensejar reparação, mesmo na hipótese de procedência do pedido, para o que a lei prevê regras específicas e relacionadas à sucumbência, aplicadas de forma escoreta à espécie”* (cf. Ap. nº 0043848-75.2011.8.26.0576 - 30ª Câmara de Direito Privado TJSP - 16/01/2013³).

Ou seja, é improcedente o pleito de indenização no valor de R\$ 1.764,11.

Quanto ao dano moral, parece-nos evidente, uma vez que a autora foi obrigada a adiar os pagamentos de suas despesas por falta de dinheiro, ilicitamente sacado de sua conta sob a guarda do réu.

Ora, não há negar-se que a privação do recurso material necessário à sobrevivência implique em claro menoscabo subjetivo, pois impõe à pessoa uma condição de sofrimento e privação a que não estaria sujeita, ordinariamente.

Veja-se, a propósito: *“CONTRATO BANCÁRIO DE CONTA CORRENTE OPERAÇÕES FRAUDULENTAS - Apelação - Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com ressarcimento e indenização por danos morais Sentença de procedência - Contrato bancário de conta corrente Saques fraudulentos - Operações não reconhecidas pela correntista Cabe ao banco a prova da regularidade das transações Inteligência do art. 6, VIII, do CDC Precedente do STJ - Condenação do réu a restituir os valores Dano moral indenizável. Vale destacar que, nestes casos, é perfeitamente cabível a condenação do Banco réu ao pagamento e indenização por dano moral, pois presentes todos os pressupostos, quais sejam, o ato ilícito culposo do réu, o dano moral e o nexo causal entre ambos”* (idem, Ap. nº 9106856-20.2009.8.26.0000 - 11ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/11/2012⁴).

Conforme se vê, o dano suportado pela autora não é apenas potencial, mas real, valendo ainda destacar, em confronto a essa privação de possibilidade financeira imposta à autora, que o réu, de sua parte, integra o sistema financeiro, cujos lucros crescentes são objeto de divulgação pela mídia, e por travar relações jurídicas com a grande maioria da sociedade de consumidores do país, haverá de se lhes exigir observe maior cautela no trato com *pessoas*, equilibrando as suas relações para com estas e o lucro almejado, daí entendamos se deva exasperar a fixação da indenização, como forma de apenar a negligência grave do fornecedor, prevenindo futuros eventos.

Tomados esses parâmetros, temos que a liquidação desse dano moral no valor equivalente a cinco (05) vezes o valor total dos saques (R\$ 1.955,47), totalizando indenização no valor de R\$ 9.777,35, o qual deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

O réu sucumbe na parte mais importante do pedido, que é o reconhecimento da responsabilidade civil, devendo, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a relação jurídica consistente nos dois (02) saques realizados

³ www.esaj.tjsp.jus.br

⁴ www.esaj.tjsp.jus.br.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

em 16 de janeiro de 2013, na conta corrente nº 49.897-1 da agência nº 0295-X do réu BANCO DO BRASIL S/A, totalizando o valor de R\$ 1.955,47 (*um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos*), em nome da autora ZILMAR MARIA DISA MENDES; CONDENO o réu BANCO DO BRASIL S/A a restituir à autora ZILMAR MARIA DISA MENDES a importância de R\$ 1.955,47 (*um mil novecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e sete centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos saques, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação; CONDENO o réu BANCO DO BRASIL S/A a pagar à autora ZILMAR MARIA DISA MENDES indenização por dano moral no valor de R\$ 9.777,35 (*nove mil setecentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 25 de novembro de 2013.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA
